



Memória Histórica de Quintas Durienses do Concelho de Carrazeda de Ansiães (I República Portuguesa, 1910-26 e II República Espanhola, 1931-36)

Maria Otilia Pereira Lage¹

Resumo: Neste artigo, assente em fontes históricas directas, memórias e materiais de memória, cultura e “representações sociais”, faz-se uma abordagem à construção de identidades “conjunturais/contextuais” em Carrazeda de Ansiães, concelho de “fronteira” na Região Demarcada do Douro. Evidenciam-se exemplos emblemáticos de quatro quintas durienses: Zimbro de Cima, Alegria de Cima, Canais e Canaes/Bartol, cujos proprietários protagonizaram dois momentos republicanos, Portugal (1910-26) e Espanha (1931-36), tendo à época, contribuído, para a afirmação histórica de um republicanismo social e do poder municipal republicano, a nível local.²

Introdução

O presente artigo é resultado parcial de um estudo de caso alargado sobre Carrazeda de Ansiães, produtor de vinho do Porto, concelho “de fronteira” entre Cima Corgo e Douro Superior, realidade duriense ainda mal conhecida, historicamente, por escassez de trabalhos e dificuldades de acesso a fontes directas. Incide, por isso, sobre uma zona de sombra da história do Douro Vinhateiro que importa desenvolver e aprofundar.

¹ Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória- Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Doutora e Pós - Doutorada em Historia Moderna e Contemporânea, especializada em Bibliotecas, Arquivos e Documentação e pós-graduada em Administração Escolar. Autora, co-autora, organizadora, coordenadora e prefaciadora de numerosas publicações em língua portuguesa e estrangeira (livros, artigos, comunicações, palestras, conferências...), projectos nacionais, europeus e estrangeiros no âmbito das suas especialidades e de temas transdisciplinares, sendo algumas sobre Carrazeda de Ansiães, donde é natural. Contactos : Telem. 919244840; otilialage@sapo.pt; citcem@letras.up.pt

² Texto inédito a partir de nossa palestra -Construção de identidades conjunturais e emergência de uma identidade regional no Douro da I República... reconfiguração histórica, no Seminário “República e Republicanismo em Portugal e Espanha, Com um olhar sobre o Douro”. Porto, CITCEM, 10 Março 2017. Ver desenvolvimento em Maria Otilia Pereira Lage; Prefácio Gaspar Martins Pereira – Um Caso de Fronteira no “Douro Novo”: Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto. (No Prelo), obra que resulta de prolongada investigação (2010-2017), e se encontra no prelo..

Aborda-se a construção socio-histórica de identidades “relacionais/conjunturais/contextuais” centrada no estudo de quatro quintas vinhateiras durienses do concelho de Carrazeda, a esta luz, representativas: Zimbro de Cima (Ribalonga), Alegria de Cima (Linhares), Canais e Canaes/Bartol (Beira Grande), nas quais se verificaram processos de identificação e pertenças identitárias com a República e o Republicanismo, em dois momentos históricos (1910-1926; 1931-36).

Esta aproximação inscreve-se, assim, na problemática “produção identitária” no Alto Douro Vinhateiro, numa determinada conjuntura histórica de emergência e afirmação de uma identidade regional duriense, em relação com a defesa da denominação de origem “Douro” e da marca «Porto» – dimensões relevantes já estudadas por alguns autores, designadamente Carla Sequeira³ e Gaspar Martins Pereira⁴.

1. Dinâmicas de produção de identidades : territorialidade e “fronteira”

Para um melhor entendimento deste tópico delineia-se a seguir prévio enquadramento teórico em que se interpela o tema das identidades à luz de processos sociais e históricos de identificação e pertença identitária que se manifestam em determinadas épocas.

Longe de uma visão essencialista das dinâmicas identitárias, há que salientar os factores históricos e contextuais que originam a sua dominância epocal, havendo que indagar dos elementos simbólicos, discursivos, morais e práticos que as compõem, e como se cristalizaram. É preciso também entender-se que as identidades predominantes são o produto de lutas políticas, sociais e simbólicas, sendo essencial ter em atenção as lógicas de poder que lhe estão subjacentes.

Esta luta incessante pelo reconhecimento, pela identidade tida como legítima, cria pressões transformativas sobre as identidades pessoais e sociais que no contexto do Alto Douro Vinhateiro e no caso da zona duriense de Carrazeda supõe também a articulação desta questão das identidades com a territorialidade e a interacção dos grupos em contextos institucionais cujo funcionamento evidencia várias dificuldades como as ambiguidades legais sobre a Região, geradoras de conflitos em que se constroem pertenças identitárias. Neste horizonte tendem a autonomizar-se e a diferenciar-se processos e mecanismos de identificação a dois níveis: a) produção de identidades concorrentes locais e regionais que coexistem; b) consolidação de identidades individuais e sociais, através do mercado de trabalho sazonal e mais vantajoso nas quintas por contraposição ao trabalho independente ou assalariado no planalto pobre, dualidade que condicionou a história das populações rurais.

3. SEQUEIRA, Carla – “República e republicanismo na Região Duriense, 1910-1926: contributos para a sua caracterização política e partidária.” Revista CEM N.º 6/ Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA. Ver ainda Lage, Maria Otilia Pereira – “O tempo dos lugares: Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo na I República”. Revista CEPHIS, nº2. Coimbra, Palimage., p. 330-334.

4. PEREIRA, Gaspar Martins – A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, 1989, vol. VI. Porto: FLUP

Ora, ocupando Carrazeda de Ansiães, na Região Demarcada do Douro (RDD), uma posição de fronteira entre duas sub-regiões é, também em si próprio, um “concelho de fronteira” entre duas áreas distintas/complementares: a frieira e a ribeira ou “poça”, entre as quais se movimentaram, sazonalmente, as populações rurais. Surge-nos, assim neste plano identitário, numa interface de diferenciação/identificação que é a das relações de trabalho e mobilidades, em que os mais afastados das instituições do poder político se identificam com as pertenças locais/regionais enquanto o exercício do poder se apresenta como “a recompensa dos que sabem explorar os recursos de uma situação e tirar partido das ambiguidades e tensões que caracterizam o jogo social”. Essa “localização na fronteira” possibilita ainda a análise de processos usados para recriar a Região, entre e além de suas várias fronteiras. O que se torna perceptível nas “representações sociais” em sua diacronia e relação com o espaço histórico convencionalmente demarcado que as quintas durienses como microcosmo social, sempre bordejaram, encontrando-se aí, pistas de análise da sociedade rural envolvente. O estudo desse processo socio-histórico atende às actividades desenvolvidas nas e pelas Quintas, e ao que as transborda, mas com elas mantém intrincada relação, como por exemplo: a exportação dos vinhos que as atravessa e o trabalho humano aí incorporado, cuja exclusão nos privaria de fontes orais imprescindíveis à compreensão destes elementos essenciais para dar conta da intensa movimentação social que teve aí o seu dinamismo local/regional/nacional.

A conjuntura dominante na Região Duriense, entre finais da Monarquia, I República Portuguesa e início do Estado Novo, coincide com tempos difíceis de grave crise comercial associada ao livre-cambismo, grande reconversão da vitivinicultura e profunda reestruturação do espaço regional. Foi atravessada por contestações sociais, reivindicações regionais de intervenção estatal (restauração da Região Demarcada e do exclusivo da barra Douro para exportação de vinho do Porto produzido na zona duriense, criação de um entreposto, questão do álcool, fraudes e contrafacções, defesa da marca “Porto” e da denominação de origem “Douro”) e acontecimentos chave como o Motim de Lamego de 1915 contra o artº 6º do Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1914, motim sangrento que foi antecedido de protestos e sublevações populares em Carrazeda, Alijó, Favaio, Vila Flor, etc., relacionados com a «questão duriense», a miséria e a fome das camadas populares. Esta forte agitação político-social acabaria por desembocar no Movimento dos Paladinos do Douro e na afirmação institucional de uma identidade regional duriense⁵, a par e subsequente da emergência de identidades conjunturais/contextuais entre as populações locais e grupos populares do Alto Douro.

5. PEREIRA, Gaspar Martins e SEQUEIRA, Carla – obs cit.

2. Comparação sociológica (momentos históricos republicanos – Portugal,1910-26 e Espanha,1931-36)

Faz-se agora um sobrevoo rápido pelas realidades político-sociais portuguesa e espanhola, marcadas nesta época por momentos republicanos de mudança e ambiência socio-histórica em que se podem verificar paralelismos e diferenças⁶. Viveu-se em ambos os países uma ambiência geral de medo como emoção social, relacionada com a alteração do equilíbrio de poderes, trazida num pano de fundo comum aos dois momentos republicanos, ao nível cultural quer das relações sociais tendencialmente ligadas à imprevisibilidade e incerteza, quer das representações sociais da ordem e insegurança vital. Foi num ambiente assim de pulsação político-social e ideológica marcada pelo medo generalizado e difuso, que os diferentes grupos sociais em disputa em cada um dos países vizinhos acabaram a elaborar representações sociais da situação convulsa as quais, indo além da correspondência com a realidade objectiva dos acontecimentos tumultuosos, revelaram eficácia e verosimilhança ao serem aceites por sectores alargados das populações. Estas duas repúblicas podem assim ser conceptualizadas como regimes de desordem, não só por, alegadamente, a propiciarem ou a não combaterem, o que terá contribuído para uma cultura do confronto, uma percepção de desordem a qual arrasta o risco de desidentificação entre grupos sociais e o aprofundamento de tensões sociais.

O subjacente apelo á autoridade verificado nesses contextos sociais conturbados teve em Portugal ainda na I República, como eco e primeira resposta o afloramento ditatorial sidonista, retomado em repetição mas em termos mais alargados e com efeitos autoritários determinantes, com o golpe da Ditadura Militar. A experiência mais curta e concentrada da II República Espanhola foi brutalmente interrompida por um pronunciamento militar em Julho de 1936 e a eclosão da sangrenta Guerra Civil, em Espanha (1936-1939).

3. Carrazeda de Ansiães, espaço de construção de identidades conjunturais e contextuais em quintas durienses

Esta aproximação micro-histórica assenta num dossier de testemunhos, narrativas e memórias centrado nas quintas durienses dos Canais, Canaes/Bartol, Alegria de Cima e Zimbro de Cima, emblemáticas como instância de construção de identidades republicanas. Representam mais de um quarto das 22 quintas do concelho de Carrazeda, então praticamente único mercado de trabalho das suas populações rurais. A interpretação destas fontes históricas directas provenientes de arquivos públicos e privados e entrevistas locais permite perceber dinâmicas singulares

6. AMPUDIA DE HARO, Fernando – As duas repúblicas: Portugal (1910-1926) e Espanha (1931-1936) Ensaio de interpretação sociológica comparada. <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/07.-Fernando-Ampudia-de-Haro.pdf>



Fig. 1 Quinta do Zimbro de Cima (Vale de Ribalonga)

de identificação/pertença na sua diferenciação cultural e simbólica. Evidencia-se o protagonismo histórico destas quintas vinhateiras, através das representações sociais dos perfis republicanos dos seus respetivos proprietários com posição e intervenção destacadas na região e na vida política concelhia, o que permite ainda perceber um processo de construção conjuntural de identidades contextuais e relacionais.

3.1. Quinta do Zimbro de Cima (Centro Republicano e Democrático de Carrazeda de Ansiães)

Esta quinta duriense passou, na I República Portuguesa, para a posse do Dr. João Sampaio Chaves, a partir de João Lopes da Cruz [Linhares,1883- Selores, ?], brasileiro de torna-viagem enriquecido, grande proprietário duriense, negociante de vinhos e conhecido empreiteiro da Linha do Tua (2º troço Mirandela-Bragança), actividade que o levaria à falência e consequente hipoteca de seus bens incluindo várias propriedades no Douro. O depoimento seguinte de um seu bisneto, ilustra as transmissões intrafamiliares da Quinta do Zimbro de Cima que, desde finais de oitocentos, passou a pertencer aos Sampaio Chaves (Castanheiro, Parambos e Linhares), uma família de abastados proprietários rurais e conhecidos letrados das elites locais e regionais com reputada tradição republicana.

“ (...) A história da Quinta do Zimbro na nossa família é a seguinte: a quinta do Zimbro que era do meu bisavô, João Lopes da Cruz, o empreiteiro da Linha do Tua, cujos bens no início do séc XX entraram em insolvência (pagaram-se as dividas todas, mas as propriedades foram vendidas). O filho mais velho que tinha o mesmo nome, fez medicina em Coimbra..., depois de ter regressado do Brasil para onde tinha emigrado. ... Quando foi para Angola, quis passar a Quinta do Zimbro para o meu avô mas como ele era muito orgulhoso e não quis, passou-a para o nome da mulher, a minha avó, Felicidade Amélia Lopes da Cruz, que era irmã dele...”⁷

7. Entrevista, Carrazeda de Ansiães, Nov. 2011, a Dr. António João R. de Sampaio, bisneto de J. Lopes da Cruz, o dono desde finais de oitocentos da Quinta do Zimbro de Cima, onde residiu, e arrojado empreiteiro da Linha do Tua (2º troço de Mirandela a Bragança, 1903-1905). Este nosso informante privilegiado é licenciado em Medicina Veterinária foi médico veterinário dos quadros do Ministério da Agricultura e veterinário municipal em vários concelhos transmontanos e durienses, tendo ainda exercido diversos cargos públicos. Agradece-se-lhe toda a colaboração, informações e documentos facultados.

É autor deste testemunho o Dr. António João Ribeiro de Sampaio, dono da quinta do Zimbro de Cima (1976 – 2003), filho e neto⁸ de anteriores proprietários da mesma, em que se destacam o Dr. António Sampaio Chaves, antigo político republicano de Carrazeda, e seu filho, único herdeiro, o Dr. João Cruz de Sampaio, Conservador do Registo Civil de Carrazeda, também de filiação republicana, e ambos com fortes ligações ao Centro Democrático e Republicano de Carrazeda, fundado em 1911⁹. Este Centro¹⁰, estruturado em Assembleia Geral, Comissões Política, Paroquiais e de Propaganda, aceitava como sócios (honorários, efectivos e correspondentes) todas as pessoas maiores ou emancipadas, menores de 21 e maiores de 18 anos. Os Estatutos, publicados em 1912, foram assinados pelo Presidente da Mesa, António Júlio Ribeiro, pelo 1º secretário, Dr. António de Sampaio Chaves e 2º secretário, João Ferreira Aguiar. Todos notórios republicanos de base social radicada em conhecidas elites locais, estes três dirigentes encontravam-se ligados por laços familiares de compadrio, amizade e relação directa, enquanto possidentes, com importantes propriedades vinhateiras nesta zona da Região Duriense, com destaque para as quintas referidas, entre outras.

António Júlio Ribeiro da Silveira, um grande proprietário do concelho de Carrazeda, dono da Quinta do Comparado e ainda de muitos mortório possuía outras propriedades e quintas nas freguesias de Castanheiro, Seixo de Ansiães, Pombal de Ansiães, Fontelonga e



Fig. 2 Genealogia da família Sampaio Chaves

8. Genealogia ascendente do Dr. António João R. de Sampaio.
9. No concelho de Carrazeda de Ansiães, a par da respectiva Comissão Municipal, estava também organizada a Comissão Paroquial em Castanheiro... de Carrazeda de Ansiães. «A Montanha». 24 Novembro 1911: 4.
10. Estatutos publicados em 1912 na Papelaria e Tipografia Académica de L.P. Moreira Lobo. Ver LAGE, M.Otilia Pereira – O tempo dos Lugares..., ob cit., p.329-331.

Husband João Cruz de Sampaio				
Born	22 Jun 1905	Place	Mirandela	LDS ordinance dates
Chr.		Place		Baptized
Died	14 Aug 1981	Place	Chaves	Endowed
Buried	15 Aug 1981	Place	Cemitério de Parambos	SealPar
Married	10 Sep 1928	Place	Igreja de Castanheiro do Norte	SealSp
Husband's father	António Sampaio Chaves			
Husband's mother	Felicidade Amélia Lopes da Cruz			
Wife Laura Júlia Ribeiro				
Born	24 Dec 1904	Place		LDS ordinance dates
Chr.	1905	Place	Castanheiro do Norte	Baptized
Died	27 Dec 1972	Place	Castanheiro do Norte	Endowed
Buried	28 Dec 1972	Place	Cemitério de Parambos	SealPar
Wife's father	António Júlio Ribeiro da Silveira			
Wife's mother	Júlia Guilhermina Azevedo Ribeiro da Silveira			
Children List each child in order of birth			LDS ordinance dates	Temple
F Maria Amélia Ribeiro de Sampaio				
Born	25 Oct 1929	Place	Vila Flor	Baptized
Chr.	1930	Place	Parambos	Endowed
Died		Place		SealPar
Buried		Place		
Spouse	Alvaro José Borges Antas Botelho			
Married	22 Aug 1954	Place	Igreja de S. Bartolomeu de Parambos	SealSp
F Laura Felicidade Ribeiro de Sampaio				
Born	04 Feb 1931	Place	Vila Flor	Baptized
Chr.	16 Jul 1931	Place	Igreja de Seixo de Ansiães	Endowed
Died	31 Jan 2005	Place	Hospital St. António - Porto	SealPar
Buried	01 Feb 2005	Place	Jazigo no Cemitério de Linhares de Ansiães	
Spouse	António Augusto Fernandes Mariz			
Married	09 Sep 1951	Place	Igreja de S. Bartolomeu de Parambos	SealSp
M António Júlio Ribeiro de Sampaio				
Born		Place		Baptized
Chr.		Place		Endowed
Died		Place		SealPar
Buried		Place	Cemitério de Parambos	
Spouse				
Married		Place		SealSp
F Maria Júlia Ribeiro de Sampaio				
Born	1935	Place		Baptized
Chr.		Place		Endowed
Died	1949	Place		SealPar
Buried		Place	Cemitério de Parambos	
Spouse				
Married		Place		SealSp
F Antónia Guilhermina Ribeiro de Sampaio				
Born		Place		Baptized
Chr.		Place		Endowed
Died		Place		SealPar
Buried		Place	Cemitério de Parambos	
Spouse				
Married		Place		SealSp
M António João Ribeiro de Sampaio				
Born	09 Nov 1948	Place	Cedofeita - Porto	Baptized
Chr.	1949	Place	Igreja de S. Bartolomeu - Parambos	Endowed
Died		Place		SealPar
Prepared by		Address		
Phone				
E-mail address				
Date prepared		14 Feb 2017		

Fig. 3 Ficha de família de A.João R.Sampaio Chaves



Fig. 4 Casa brasonada ou Solar dos Sampaio (Parambos)

Campelos. Na sua Quinta do Pousado em Besteiros, (freguesia Fontelonga), já tinha instalado na respectiva casa de residência a mais moderna tecnologia, luz eléctrica. Uma de suas filhas casou com o filho único de seu compadre, Dr. António de Sampaio Chaves¹¹, tendo herdado depois da morte do pai, em 1924, parte da Quinta de Comparado cuja posse se manteria na família Sam-

11. Ficha de família do Dr. António João Ribeiro de Sampaio.

paio, até ao desmembramento recente e venda de uma parte, a Quinta da Gafaria, à Família Symington. António Júlio Ribeiro, conhecido como maçon e o “esturrado” da família, ou republicano mais radicalizado foi um dos primeiros aderentes da implantação da República (5 de Outubro 1910), e um dos mais destacados protagonistas locais do novo regime. Detendo já enorme influência em todo o concelho, sendo-lhe totalmente fiéis as populações das aldeias de Campelos e Castanheiro, tornou-se o principal líder republicano de Carrazeda. Durante a I República exerceu por eleição, diversos e elevados cargos municipais¹²: 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal Republicana de Carrazeda, eleito nas primeiras sessões de 7 e 15 de Outubro de 1910¹³ e, posteriormente, Vereador efectivo eleito para os triénios de 1917-1919, 1917-1919 e 1923-1925, em que exerceu o cargo de Presidente da Câmara (1917 a 1919) e o de Vice-Presidente da Comissão Executiva (1923 a 1926). O Dr. António Sampaio Chaves, notário vários anos em Carrazeda¹⁴ viria ainda a ser eleito mais tarde, para vereador republicano da Câmara Municipal deste concelho nos triénios de 1923 a 1925, e de 1926 a 1928, sendo Presidente da Comissão Executiva em 1926. Seu filho, o Dr. João Cruz de Sampaio mantinha relações estreitas com os conhecidos irmãos republicanos do Porto, Mário e Carlos Cal Brandão, tendo sido mesmo compadre deste último¹⁵.

Este antigo solar dos Frias Sampaio pertence hoje ao dr. A. João R. de Sampaio, tendo passado para a família Sampaio Chaves através de dote matrimonial de sua avó¹⁶, afilhada de casamento do Dr. Domingos Frias de

12 A.M.C.A., Livros de Actas de 1910-1916; de 1914-1919; de 1916-1919; de 1919 – 1926 e Livros de Actas da Comissão Executiva de 1924 a 1926.

13 A.M.C.A., Livro de Actas das Sessões da Câmara de 1907 a 1910, sessão extraordinária de 7 de Outubro, fls 88v.-89 e sessão ordinária de 15 de Outubro, fls 89v.- 90

14 Entrevista, Matosinhos, 13 Fev. 2017, a Dr. António João Ribeiro de Sampaio, neto deste casal de quem vai herdar através de seu pai e por morte da mãe, a Quinta do Zimbro de Cima.

15. Entrevista, Matosinhos, 13 Fev. 2017, a Dr. António João Ribeiro de Sampaio.

16. Ibidem.

Sampaio e Mello, ilustre cidadão republicano de Trás-os-Montes que foi Governador Civil de Bragança, Administrador do Concelho de Carrazeda, 2º Presidente eleito da sua Comissão Municipal Republicana, em 1910, e Director do Semanário “O Transmontano” editado em Carrazeda, em 1911.

Descendente e estreitamente ligado a essas duas prestigiadas famílias republicanas locais, o Dr. António João R. de Sampaio entronca ainda com a antiga família Mariz da Quinta da Alegria por casamento de sua irmã, D. Laura Felicidade Ribeiro Sampaio, farmacêutica, com o Eng. António Augusto Fernandes Mariz, único filho sobrevivente de Augusto Alexandre Mariz, pai do engenheiro António Alexandre Sampaio Mariz, seu sobrinho e actual proprietário da Quinta da Alegria de Cima¹⁷.

3.2. Quinta da Alegria de Cima – (Republicanismo Positivista: progresso, ciência e técnica)

A trajectória de acção pioneira de Alexandre Augusto Mariz, um dos principais obreiros e antigo proprietário desta quinta, notável lavrador duriense e figura respeitada no concelho e região do Douro são assim brevemente salientadas, em sua representatividade local/regional e relevância na história da Quinta da Alegria de Cima, pelo seu neto, Alexandre Mariz, actual proprietário da quinta¹⁸:

“(…)ficou órfão de pais, aos 16 anos, deixou de estudar e começou a tomar conta das propriedades, ajudado pelo tio que era o dono da casa grande de Marzagão, junto à igreja, no centro da aldeia [vizinha de Linhares] que foi o que deu a casa de meus pais em Linhares, onde eu nasci... todos os anos ia comprando propriedades e fez o património da casa agrícola grande a que pertence a Quinta da Alegria de Cima... mesmo depois de 1870 com as falências da filoxera... também atacou a Quinta da Alegria que apesar de atingida e dizimada se manteve... mas voltando ao meu avô ...ele já tinha electricidade em casa há mais de 100 anos, produzida por um aerodínamo que mandou vir directamente da América ...lia muito e estava sempre bem informado... também mandava vir directamente do estrangeiro as máquinas de que precisava para a casa agrícola que já era grande...era um agricultor já muito moderno, empreendedor e inventivo...sempre trabalhou bastante mas também se resguardava...O Sr. Smith gostava de conversar com ele e ficava admirado do que ele fazia e sabia...era um visionário...excepcional...uma pessoa muito engraçada e extraordinária(…)”

Republicano democrata de mentalidade científica aberta ao mundo e ao progresso, Alexandre Augusto Mariz, teve também participação activa na vida política e cívica local, como vereador

¹⁷ Entrevista, Matosinhos, 14 Fevereiro 2017, a Dr. A. João R. de Sampaio. Ver fichas da respetiva genealogia facultadas pelo entrevistado a quem se agradece.

¹⁸ Entrevista, Carrazeda, 17 Maio 2014 a Alexandre Mariz, 60 anos, natural e residente em Linhares, casado, pai de um filho, com formação e profissão de engenheiro.



Fig. 5 Quinta da Alegria de Cima



Fig. 6 Alexandre Mariz, J. Smith, António Pizarro

da Comissão Administrativa de Carrazeda de Ansiães, eleito para a Câmara Municipal, no triénio de 1917 a 1919, tornando-se uma personalidade duriense a vários títulos carismática, cuja biografia muito importará fazer, atendendo ao seu contributo para uma outra história mais próxima e interna do Douro Vinhateiro, à semelhança de algumas boas biografias já disponíveis.

3.3. Quinta dos Canais ou “Quinta da Costa” (Anticlericalismo Republicano)

Ainda o Douro Superior não estava integrado na RDD e já a Quinta dos Canais era referenciada na «Carta Douro Português e Paiz Adjacente» de 1848, onde aparece como uma das únicas 4 quintas assinaladas na margem Norte do Douro Superior¹⁹. Nos anos 1920/30, em que a Quinta dos Canais era conhecida como a “Quinta do Costa”, apelido do seu então proprietário, Francisco Manuel da Costa, republicano local, a região duriense atravessava uma época contraditória em que as suas populações continuavam a debater-se com condições de vida e de trabalho miseráveis, apesar de que “o Vinho do Porto registara bons resultados nos mercados externos para onde vendeu 74 e 81 mil pipas, em 1936 e 1937, respectivamente, o que correspondia em quantidade, a mais de metade das exportações nacionais de vinho”.

O empreendedor capitalista Francisco M. da Costa, proprietário carismático da Quinta dos Canais que viera ampliando pela compra e junção sucessivas de antigas quintas adjacentes, replantando-as extensivamente com novos vinhedos, integrou activamente desde o início da aclamação local da I República, o poder municipal republicano em Carrazeda onde exerceu destacados cargos camarários. Em 1910, vogal efectivo da Comissão Municipal Republicana e, a seguir, Presidente da Comissão Administrativa nomeada em 1913, foi depois vereador eleito para o triénio de 1914-1916, membro efectivo da Comissão Executiva/ Senado Municipal e, em 1919, ve-

¹⁹ PEREIRA, Gaspar Martins (Coord.) – História do Douro e do Vinho do Porto: Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no séc. XIX. Porto: Edições Afrontamento, 2010. (Vol. IV).

reador efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal²⁰.

O seu perfil biográfico e ideológico de político republicano, maçom e ateu, encontra-se esboçado no seguinte depoimento oral de uma octogenária da aldeia da Lavandeira, ex-trabalhadora nos Canais, desde criança, nesse “tempo da miséria²¹”.

“...Fui para lá para a quinta do Costa... era assim que chamávamos aos Canais... com 12 anos, a arrastar potes de um almude, 25 litros... o pessoal que lá trabalhava na altura era muito... as mulheres ganhavam 2.50 escudos ao dia e 3.00/4.00 escudos, os homens... nunca fui à escola... fui para a cozinha ...aquilo que se fazia na cozinha do pessoal eram as viandas, batatas com casca e tudo ... a governanta era a Joaquina, da Beira Grande que era muito má... morreu na miséria... foi amante do Costa ... o patrão é que a enganou com 14 anos... por isso ninguém lá parava... o Costa era republicano falava com todos... era de Custóias do Douro... foi para o Brasil onde casou com a viúva de um embaixador que lhe deu o ser... veio para cá e comprou a Quinta dos Canais junto à quinta da espanhola... depois comprou a quinta da Samorinha, as Forneiras e o Carvalho... ele vivia na quinta e essa Joaquina era filha dos caseiros da quinta do Mariz, dos Marizes de Marzagão... andei lá a trabalhar

20. A.M.C.A. Livros de actas das sessões da Câmara Municipal de 1907 a 1910 e Livros de Actas das Sessões dos órgãos respectivos de 1910-1916 e 1914-1919.

21. Entrevista em Abril de 2011, na casa de C.D., mulher de 88 anos, natural e residente na freguesia da Lavandeira, junto ao castelo e ex-vila medieval de Ansiães, que sempre forneceu e continua a fornecer o essencial da mão-de-obra sazonal da quinta dos Canais. Esta entrevistada, como outros de sua aldeia natal cedo emigrou para Lisboa e depois Angola, viveu grande parte da sua vida.



Fig. 7 Quinta dos Canais - Cardenhos



Fig. 8 Quinta dos Canais - Capela do Mariz (fachada exterior)



Fig. 9 Capela do Mariz altar (interior restaurado, anos 1950)

bastante tempo...era uma quinta que dava muito trabalho... andávamos meses à azeitona e a vindima também era mais de um mês... era a maior que havia por aí... Também vinham para ali trabalhar aquelas raparigas de Custóias e Foz Côa... Olas de Vale da Figueira... Carrazeda é fronteira... ali na Quinta pega com três distritos... Guarda, Viseu e Bragança... essa história do incêndio na quinta... o Costa combinou com o guarda e pegaram o fogo para enganar o seguro... foram presos para Moncorvo... diziam que o Costa era maçônico... nessa altura, a capela no Mariz funcionava... mas ele mandou deitar os santos ao rio... dizia que os santos eram de pau... quem o fazia ruim ao Costa era a Joaquina... diziam que a mãe dela era bruxa e fez bruxedos...a embaixadora era brasileira e ele dava-lhe maus tratos e desprezava-a... um dia deixou-a fechada num quarto...o pessoal tirou-a pela janela com uns lençóis e ela atravessou o Douro e desapareceu...no comboio que o trouxe a ele do Porto seguiu ela para o Porto e nunca mais voltou...o Costa acho que morreu no Porto...ele ia muitas vezes ao Porto... já vendiam o Vinho para lá...o Costa era político e tinha inimigos...um dia veio uma porção deles d’além do rio e queriam-no matar... o Costa andava lá metido na política...nunca teve soldados... a quinta ainda era o que valia à pobreza, por aqui...”

Nesta expressiva narrativa torna-se perceptível a quinta como microcosmo natural e sócio-cultural com suas funcionalidades e dinâmicas rurais, em que interação identidades individuais e representações sociais numa envolvência comunitária local própria do contexto histórico sócio-cultural.

3.4. Quinta dos Canaes/Bartol (O “Doutor Espanhol”, republicano de acção)

O que aqui se evoca através de testemunho feminino, em versão escrita original da própria autora, actual dona desta quinta histórica de Carrazeda cuja propriedade centenária se tem mantido desde meados do séc XVIII nas mãos da mesma família luso-espanhola, Franqueira-Bartol e por isso conhecida como “quinta do espanhol e/ou da espanhola”, remete-nos para outro momento histórico, o da II República em Espanha (1931-36) e início da Guerra Civil (1936-39). Neste contexto, o médico espanhol Dr. António Egido, pai da presente proprietária da Quinta dos Canaes/Bartol, Dr^a Maria da Luz Egido Franqueira Serrano, radicou-se, aqui, para salvaguarda da sua segurança, esposa e filhas. O Dr. António Egídio, ou doutor espanhol como era conhecido no concelho de Carrazeda de Ansiães e noutras terras do Douro, tornou-se pela sua prática clínica, de grande humanidade e competência médica, permanecendo ainda hoje na memória grata das populações. Sendo, como consta em família, “independente do ponto de vista político e não tendo pertencido ao lado republicano em Espanha”; tal não obviou a que tivesse sofrido “consequências persecutórias por ter tido um cargo de destaque no Hospital de S. Carlos em Madrid, hospital que se considerava ser dos Republicanos, no tempo da República espanhola²²”.

22. Esclarecimentos de seu neto, Carlos Serrano, formado em Engenharia em Inglaterra.



Fig. 10 Quinta Canaes-Bartol Residência

No depoimento²³ seguinte pode vislumbrar-se um processo de identificação local e regional fortemente enraizado no princípio reconhecido de pertença nacional diferenciada, historicamente induzido pelas vicissitudes e efeitos da II República em Espanha. Compreende-se melhor o interesse e abrangência histórica deste testemunho se for analisado na perspectiva sociológica comparada anteriormente esboçada.

“Entretanto, começou a Guerra Civil em Espanha em 1936, que durou três anos. As tropas do General Franco vão conquistando terreno, e aproximam-se de Madrid onde começa a faltar tudo. Os meus pais resolveram deixar-nos na Quinta Bartol com os avós, que estavam lá no Verão, como era costume todos os anos. Eles conseguiram fugir do cerco de Madrid e foram também para a quinta. A Guerra acabou em 1939. Infelizmente o meu pai não pôde regressar a Espanha por questões políticas e por ter sido director do hospital de San Carlos em Madrid. Assim, ficou toda a família a viver na quinta Bartol. De médico afamado, a viver em Madrid, viu-se num sítio onde não havia luz, telefone, estrada. O correio vinha pelo comboio, onde o iam buscar de barco. As notícias ouviam-se no rádio, muito mal. As duas filhas começaram a ir à “escola”, com uma professora que tinha vindo para a quinta, de Lamego, pois estava sem

²³ Documento inédito da Dr^a Maria da Luz Egido Vicente Franqueira de Campos Serrano, licenciada em Direito, descendente da 4^a geração da família proprietária desta Quinta.



Fig. 11 M. Esperanza Bartol e Antonio Egídio

colocação, porque nessa altura tinha fechado a Escola Normal. Fizeram lá a escola primária e o terceiro ano do liceu ...O meu pai começou a administrar a quinta e transformou-se em médico-lavrador. Médico porque desde manhã cedo que as pessoas cobriam a estrada para a quinta para consultar o meu pai, que era conhecido por Doutor Espanhol. Nunca cobrou dinheiro e até foi por duas vezes chamado a tribunal por queixas dos outros médicos, sendo sempre absolvido. ...O meu tio Romão, quando a Guerra Civil terminou, fugiu para Tânger, onde também ficou uns anos exilado. Foi o meu pai que ficou a administrar a quinta Bartol. Finalmente fez-se justiça em relação ao Doutor António Egídio; foi reconduzido a todos os seus cargos. Faleceu em 26 de Novembro de 1967. Como voltou a ser médico em Espanha, a minha mãe ficou com mais responsabilidades na Quinta Bartol (...)

Considerações finais

O próprio mapeamento jurídico territorial da Região Demarcada do Douro (RDD) evidencia a posição singular do concelho de Carrazeda, desde logo pela ausência de contiguidade territorial da sede administrativa com as freguesias da zona vinhateira, na ribeira, localmente conhecida por “os da poça”. Aliás, esta designação émica pode significar ambiguidade de afastamento/proximidade nos processos de identificação alternativa dos da “frieira” pobre face aos da “ribeira”

rica, uma vez que a sede do concelho, no planalto, é rodeada pelas suas freguesias limítrofes, embora territorialmente “isolada” da zona vinhateira da ribeira, foi integrada na RDD, em 1907/1908, assim continuando. Esta ambiguidade que nunca foi historicamente resolvida, terá conhecido, com a “subida da ribeira ao planalto” durante a I República uma redefinição do poder municipal participado por donos de quintas, assumidamente, republicanos, acompanhada de significativa reconfiguração de pertenças identitárias e processos de identificação local/regional. Porém, tal mudança mais de natureza ideológico-cultural, não terá sido suficiente para que a tensão sócio-económica e política latente registasse alterações de fundo. Durante o regime republicano que manteve a protecção dos vinhateiros do Douro, e em que se afirma uma “identidade regional duriense” (relacionada a uma identidade nacional) a base social do republicanismo de tendência democrata, com protagonismo expressivo no concelho rural de Carrazeda era constituída por uma parte significativa de abastados proprietários vinhateiros e letrados influentes da elite local a cujas casas estavam enfeudadas, por vínculos de trabalho e subsistência, as populações da maioria das aldeias, o que pode explicar a inexistência de qualquer oposição anti-republicana.

Carrazeda de Ansiães, como espaço geográfico transmontano-duriense e território histórico-social integrante da RDD, (denominação de origem controlada da produção/exportação da “marca” Vinho do Porto e territorialidade diferenciada mas hegemónica de lógica político-administrativa estatal), define-se por uma singular experiência de afirmação de “identidades conjunturais, contextuais e relacionais” (Clifford, 1998:10-11), processo em constante refiguração que adquire especial visibilidade em conjunturas históricas de crise. A singularidade histórica de Carrazeda, produtor de alguns dos mais antigos vinhos generosos de superior qualidade e notáveis vintages vinho do Porto, com uma posição de fronteira na RDD onde detém uma experiência histórica porventura única, designadamente nos processos de construção identitária, confere-lhe um papel de contrastividade relevante no Alto Douro Vinhateiro, diferenciação específica que tem sido, a nosso ver, ignorada e/ou desvalorizada.

Referências Bibliográficas e Fontes

AMPUDIA DE HARO, Fernando – As duas repúblicas: Portugal (1910-1926) e Espanha (1931-1936) Ensaio de interpretação sociológica comparada. Disponível em <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/07.-Fernando-Ampudia-de-Haro.pdf>. (Consultado em 2 Fev. 2017).

LAGE, Maria Otília Pereira – Construção de materiais da memória na Região Demarcada do Douro : narrativas orais de antigos trabalhadores da Quinta dos Canais. “CEM” n.º 2/Cultura, Espaço & Memória, 2011. Revista CITCEM.

LAGE, Maria Otília Pereira – O tempo dos lugares: Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo na I Republica. “Revista CEPHIS”, n.º2, Out. 2012. Coimbra: Palimage, p. 330-334.

LAGE, Maria Otília Pereira; Prefácio Gaspar Martins Pereira – Um Caso de Fronteira no “Douro Novo”: Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto. Porto: CITCEM, 2018 (No Prelo).

PEREIRA, Gaspar Martins – A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera. “Revista da Faculdade de Letras – História”, II série, 1989, vol. VI. Porto: FLUP.

PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – História do Douro e do Vinho do Porto: Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no séc. XIX. Porto: Edições Afrontamento, 2010. (Vol. IV).

SEQUEIRA, Carla – República e republicanismo na Região Duriense, 1910-1926: contributos para a sua caracterização política e partidária. Revista CEM N.º 6/ Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA.

A.M.C.A., Livros de Actas da Comissão Executiva de 1924 a 1926.

A.M.C.A., Livro de Actas das Sessões da Câmara e órgãos respectivos de 1907 a 1926 Estatutos do Centro Republicano e Democrático de Carrazeda de Ansiães. Lisboa: Papelaria e Tipografia Académica de L.P. Moreira Lobo, 1912.

C.A. Fontes orais – entrevistas a informantes privilegiados

C.A. Fontes escritas e iconográficas de arquivos privados e pessoais dos proprietários das quintas da Alegria de Cima, Zimbardo de Cima e Canaões/Bartol.